

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS ENFERMAS: A Alfabetização de alunas/os com câncer

Rafaela da Costa Fernandes¹

Resumo

O texto em prosseguimento explora a pedagogia hospitalar, necessária para garantir o direito à educação de crianças acometidas por graves doenças, aqui se fala das/os menores com câncer, especificamente no contexto de alfabetização. Destaca-se também o processo de alfabetização dessas crianças, que muitas vezes requer adaptações curriculares e estratégias individualizadas de ensino devido às suas condições de saúde. Além disso, são abordadas as dificuldades enfrentadas pelas crianças com câncer no contexto educacional, como aspectos emocionais, dores físicas, flagelos, inserção no ambiente acadêmico, frequência regular e desempenho acadêmico reduzido. A importância da pedagogia hospitalar para essas crianças é ressaltada como uma forma de proporcionar esperança, normalidade, afeto e desenvolvimento acadêmico e psicossocial durante o tratamento. Os atributos e conclusões deste texto se deram por buscas de trabalhos acerca dessa esfera através, apenas, da plataforma gratuita do Google, Google Acadêmico, é uma análise completamente individual da autora, sendo uma pesquisa qualitativa. A intenção desse trabalho é explorar essa área pouco reconhecida no mundo acadêmico, trazendo os impasses e benefícios da classe hospitalar para as crianças com câncer. Não é abordado neste trabalho as/os profissionais da educação e da saúde presentes na equipe do regime hospitalar, mas em hipótese alguma essa redação retira a notoriedade e a dificuldade dessas/es profissionais. Conclui-se que o atendimento pedagógico hospitalar é crucial para uma educação igualitária e de qualidade, que assegura a inclusão de todas as crianças e suas realidades, beneficiando o desenvolvimento pessoal e intelectual e a qualidade de vida dessas crianças.

Palavras-chave: Câncer infantil; Pedagogia hospitalar; Educação inclusiva; Desafios educacionais; Alfabetização.

Introdução

O câncer é uma grave doença que afeta milhares de crianças por todo o globo, e no Brasil o câncer se apresenta como a maior incidência de mortes por enfermidades (8%) entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos². Essas crianças encontram-se com maior dificuldade para com o nicho educacional, uma vez que, segundo Fonseca (2015 *apud* GANEM; SILVA, 2019), a criança vítima de uma patologia ou com alguma deficiência vê os estudos como um cenário destinado às crianças saudáveis. Para tanto, ao aproximá-la de uma vivência considerada destinada

¹ Graduanda em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ.

rafaeladacostafernandes@gmail.com

² Dado retirado do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/infantojuvenil>. Acesso em: 16 fev. 2024.

àquelas cuja saúde esteja plena, sentem-se mais vivas e importantes para consigo e para a sociedade.

A proposta do trabalho não é detalhar os desafios enfrentados pelas/os profissionais da saúde e da educação, mas trazer à discussão o processo de reinserção escolar da criança com câncer em idade de alfabetização. Para os fins propostos, o trabalho examinará, em primeiro lugar, o direito à educação, bem como o dever do Estado em ofertá-la, sob a perspectiva da inclusão, com destaque à educação hospitalar como ferramenta para atingi-la. Em seguida, irá se dedicar ao processo de alfabetização das crianças hospitalizadas pelo câncer e à importância da alfabetização, com o objetivo de se permear o letramento na idade estipulada pela BNCC³. Por fim, a terceira parte do trabalho trará o cenário hodierno das classes hospitalares para crianças com câncer, com rápida pincelada sobre os sentimentos e anseios dessas/es menores.

Esse trabalho se faz por uma pesquisa qualitativa, que buscou por trabalhos inseridos nesse cosmo para fundamentação teórica e base de entendimento para o assunto em questão. É uma análise individual e pessoal da autora através de buscas no Google Acadêmico⁴ para trabalhar essa discussão.

1. Alicerces legais da pedagogia hospitalar

A Pedagogia Hospitalar, na perspectiva da Educação Inclusiva, defende que ninguém pode ser segregado devido a uma doença, deficiência ou dificuldade de aprendizado, gênero ou pertencimento a uma minoria étnica, pois isso violaria os direitos humanos da pessoa. Nesse contexto, a UNESCO (2007, p. 8) entende que

Alcançar a igualdade social e educacional para as crianças hospitalizadas, doentes crônicas e em tratamento ambulatorial exige a promoção e o desenvolvimento de uma modalidade educativa flexível e compensatória que lhes permita, em seu local de hospitalização ou recuperação, acessar uma educação de qualidade para, após recuperar sua saúde, reintegração ou integração escolar conforme o caso.

Historicamente, duas das cartas europeias foram as que mais influenciaram na defesa dos direitos das crianças hospitalizadas globalmente (Lizasoáin, 2005). A primeira é a Carta estabelecida pela *National Association for the Welfare of Children in Hospital* (NAWCH) que foi aprovada pelo Parlamento Europeu em 1986, denominada Carta Europeia dos Direitos da Criança Hospitalizada. A segunda é a Carta estabelecida pela *European Association for*

³ Vide o site do “Ministério da Educação”. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 16 fev. 2024.

⁴ Plataforma gratuita do Google, disponível em: https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 19 fev. 2024.

Children in Hospital, aprovada na Holanda em 1988. De todos os direitos estabelecidos em ambas, o direito à educação da criança doente pode ser considerado o aspecto central.

Não há uma Declaração específica sobre o direito à educação de crianças hospitalizadas na América Latina. No entanto, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos contribuiu diretamente na efetivação do direito à educação na região (SANTOS; NIYAMA, 2022). Em relação à educação inclusiva para enfermas/os, o precedente *Gonzales Lluy e Outros Vs. Equador* (CORTE IDH, 2015) define as garantias mínimas que os Estados deverão assegurar às/aos alunas/os acometidas/os por doenças graves ou deficiências. Neste caso, a Corte baseou-se em um parecer do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU para definir o cumprimento do direito à educação, destacando quatro características: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade.

De acordo com a interpretação da Corte, "*disponibilidade*" significa oferecer instituições e programas em quantidade suficiente, com condições físicas adequadas e corpo docente preparado. Já "*acessibilidade*" implica que as instituições e programas educacionais devem ser acessíveis e sem discriminação, abrangendo a acessibilidade material e econômica. Quanto à "*aceitabilidade*", o Estado deve garantir programas e instituições de ensino com níveis aceitáveis de qualidade, considerando as particularidades culturais. Por fim, "*adaptabilidade*" refere-se à capacidade da escola de se adaptar às necessidades das/os estudantes em diferentes contextos culturais e sociais. Essas características são essenciais e inter-relacionadas, sendo fundamentais para analisar a implementação do direito à educação (CORTE IDH, 2015).

No Brasil, a Constituição de 1988 positiva a educação como um direito de todas/os e um dever do Estado no Art. 205. Especificamente em relação ao ensino hospitalar, o artigo 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente, trata do direito à educação: "Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programa de educação para a saúde". No mesmo sentido, há a Lei dos Direitos das Crianças e Adolescentes Hospitalizados, através da Resolução n. 41 de 13/10/1995. Por fim, em setembro de 2018, a Lei nº 13.716 alterou a Lei de 1996, nº 9.394, para prorrogar o tempo de atendimento educacional em regime hospitalar e domiciliar em solo nacional. Ademais, o Governo Estadual do Rio de Janeiro, em março de 2021, sancionou a Lei nº 9.221 que cria o programa de pedagogia hospitalar destinado às crianças e adolescentes internados em unidades públicas de saúde.

Portanto, percebe-se que a educação é tratada, tanto no direito interno e no Direito Internacional, como direito de todos à luz da igualdade e não discriminação independentemente de suas condições de vida, além de ser uma das ferramentas mais poderosas para melhorar a qualidade

de vida das pessoas. Portanto, deve-se garantir o acesso a esse direito a todas/os as/os cidadãs/ãos. No entanto, 2,5% dos hospitais no Brasil possuem atendimento pedagógico no Brasil (TELLES; TELLES; PRADOS, 2018, p. 64). Trata-se, pois, de uma dicotomia entre a Lei e a realidade objetiva.

2. Alfabetização das crianças acometidas pelo câncer

2.1. Processo de alfabetização de crianças enfermas

Em consonância ao estimado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais ou menos entre os seus 7 e 8 anos, ao findar do segundo ano do Ensino Fundamental I, a criança já deve estar alfabetizada. Todavia em meio hospitalar por vezes, as crianças encontram-se desniveladas enquanto seus conhecimentos e, portanto, há necessidade de uma adaptação curricular, com isso cada aluna/o possui uma estratégia elaborada individualmente (FERREIRA; PESSOA, 2023, p. 8).

Ferreira e Pessoa (2023) realizaram acompanhamento pedagógico hospitalar no setor de oncologia de um hospital público do Recife. Importa destacar que o contexto pesquisado pelas autoras não reflete a realidade de todo país, mas se trata de um relevante exemplo. Ferreira (2022) destaca a heterogeneidade presente na classe hospitalar, que abrange alunas/os desde o grupo IV e V da Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental, com uma proposta de expansão para os anos finais e Ensino Médio,

Considerando as limitações enfrentadas, nem todas/os as/os estudantes são atendidas/os pela classe hospitalar. A oncologia infantil recebe uma média de 70 pacientes ambulatoriais e 24 em situação de internamento por dia. Os tipos mais comuns de câncer incluem leucemias, linfomas, tumores do sistema nervoso central, neuroblastoma, retinoblastoma e osteossarcoma. Esta diversidade de condições de saúde demonstra a complexidade do contexto em que a classe hospitalar opera (FERREIRA, 2022).

Além disso, manter a conexão com a escola de origem é de suma importância para compartilhar informações sobre a educação de estudantes hospitalizados, especialmente porque muitas/os alunas/os são incapazes de frequentar suas escolas locais. Quando as crianças são admitidas na classe hospitalar, os pais recebem orientações detalhadas e as/os professoras/es entram em contato com a escola de origem para obter informações sobre a/o aluna/o e o currículo (FERREIRA; PESSOA, 2023).

As atividades enviadas pela escola de origem são adaptadas às condições das/os alunas/os hospitalizadas/os e discutidas pelas/os professoras/es durante o planejamento semanal. O tempo limitado na classe e as condições médicas das/os alunas/os representam desafios significativos para o planejamento pedagógico, exigindo flexibilidade e resiliência das/os professoras/es (FERREIRA; PESSOA, 2023). Além das disciplinas tradicionais, a classe hospitalar promove eventos históricos e atividades lúdicas, adaptando-se ao estado físico e emocional das crianças (*Ibidem*).

As/os alunas/os são avaliadas/dos individualmente ao ingressar na classe, e o processo de alfabetização segue uma abordagem centrada na compreensão fonológica e nas práticas de letramento. A leitura é incentivada diariamente, com um cantinho de leitura na classe e interações frequentes com os livros. Durante as aulas, as/os alunas/os interagem entre si, auxiliando-se mutuamente no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. O papel da/o professora/or é fundamental na mediação dessas interações e no desenvolvimento das competências leitoras e escritoras das/os alunas/os, conforme destacado pelos estudos sobre letramento (*Ibidem*).

2.2. A importância da alfabetização para as crianças

Defronte as ideias de Freire (1981), há notoriedade de se fomentar a grafia e a descodificação crítica do mundo, e, por conseguinte, da própria linguagem como meio de comunicação interpessoal, já que, para ele, ler o mundo precede ler a palavra, mas, em paralelo, ler a palavra instiga e amplia a leitura do mundo. À vista disso, é lúcido que escrever e reescrever o mundo, transformá-lo em sua totalidade, é uma prática possível com e tão somente com a alfabetização. Pelo autor, é claro que estudar e aprender não são verbos exclusivos da escola – o que pode abrir um paralelo entre escola x classe hospitalar, isto é, qualquer lugar é lugar de aprendizado, independente de seus obstáculos.

Quando uma/um professora/or alfabetizará suas/seus alunas/os é necessária a criação de um método para cada caso, cada realidade, principalmente quando se trata de uma realidade de isolamento e de doenças, o método aqui é a forma que a/o professora/or orienta suas/seus alunas/os para seu objetivo em aula (MARTINS; SPECHLA, 2012, p. 6), e será dentro desses métodos individualizados que se encontrará a forma ideal de estimular a leitura e a escrita para cada criança, incluindo, é claro, aquelas acometidas pelo câncer, usufruindo de diversas

estratégias lúdicas e interativas para que possam se interessar e, de fato, serem alfabetizadas – o que é definitivamente mais do que decifrar os códigos da língua.

A alfabetização em regime hospitalar auxilia, também, a criança a entender o contexto e a situação que se encontra, uma vez que é por meio da leitura que se alcança a interpretação e a compreensão (SOUZA; MARIANO, 2022). Através do entendimento do que a aflige, é possível que sua situação se torne mais leve e a/o menor possa se fazer mais presente em sua classe hospitalar.

3. Cenário da pedagogia hospitalar para crianças com câncer

3.1 Dificuldade da educação para crianças hospitalizadas pelo câncer

Embora Piaget (1980) tenha enfatizado o papel das interações sociais no desenvolvimento da inteligência, ele observou que a criança, aos sete anos, começa a se libertar do egocentrismo, desenvolvendo habilidades sociais e intelectuais mais complexas. Este período marca o início da construção lógica e da moral de cooperação e autonomia pessoal. Faz-se crucial entender que o atendimento escolar hospitalar e domiciliar auxilia a criança a se perceber como ativa na sociedade e garante a ela seu direito cidadão de aprender (FONSECA, 2003, p. 13).

É valioso que as crianças tenham seu espaço de ensino preservado, e adaptado para a realidade vigente que possuem graças à sua patologia. A inclusão escolar das/os menores enfermas/os dá-se para além da professora ou professor dentro de uma ambiência hospitalar ou domiciliar. É preciso que a criança seja vista de maneira íntegra, nunca centralizada em sua doença. Adoecida ou não, essa criança possui sentimentos, desejos e anseios dentro si que precisam ser validados e entendidos para que se leciona a essa criança como um todo e não apenas à sua enfermidade (SILVA; ROCHA, 2017, p. 182).

Nesse contexto, HENNING & FRITZ (1983) categorizam as dificuldades de reinserção escolar em cinco: (i) aspectos emocionais; (ii) inserção mal sucedida no ambiente acadêmico; (iii) frequência regular; (iv) equipe escolar despreparada para lidar com a realidade dessa criança; e (v) diminuição da performance acadêmica. As crianças costumavam apresentar pelo menos duas dessas categorias, com predomínio na afetação psicológica. Destaca-se o medo da rejeição pelas/os colegas e inseguranças em relação à aparência e à doença.

No mesmo sentido, Valle (1999) relatou que, 19 entre 25 crianças em idade escolar (6-12 anos) atendidos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP apresentaram atraso em sua escolaridade. As razões não restringem-se à doença, seus sintomas e à fraqueza física, mas também são oriundas da (i) demora para ingressar na escola,; (ii) repetência por faltas, em razão de retornos e internações; (iii) apego à família, desânimo; (iv) comportamentos regressivos e desadaptados pela preocupação dos pais; e (vi) a insegurança da criança, inclusive devido à aparência, como a pela necessidade de usar máscara, perda de cabelos, edemas, protuberâncias e alteração de peso.

As crianças hospitalizadas são acometidas por uma gama de emoções e anseios, incluindo insegurança, tristeza e culpa; logo, além das dores físicas, sofrem por dores emocionais profundas, sendo uma das mais marcantes o afastamento das crianças com a escola e seus pares (BOTELHO, 2007, p. 124). O afastamento escolar de crianças com câncer devido aos longos tratamentos hospitalares expõe uma realidade de privações que caracterizam essa dura experiência. Matos e Mugiatti (2014) descrevem essa situação como uma "enfermidade social", refletindo os inúmeros impactos negativos do tratamento. Essas privações afetam a criança em diversos aspectos, incluindo os supracitados danos emocionais, afetivos, comportamentais e sociais, que por sua vez têm implicações diretas no processo de aprendizagem, afetando profundamente os processos de socialização (FERREIRA, 2022).

3.2 O viver advindo da classe hospitalar

Os impactos negativos da ausência da socialização na educação das crianças com câncer é uma constante, haja vista que a dimensão socializadora e afetiva é essencial para a construção pessoal e de conhecimento (WALLON *apud* DANTAS, 2019, p. 131). Ainda pensando com Piaget (1967), “a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função de interações sociais [...]”, contudo, ainda que a aprendizagem sem seus pares seja prejudicada (SILVA; ROCHA, 2017, p. 183), a presença das/os profissionais de educação em regime hospitalar revive o cotidiano de outrora e fomenta nas crianças as relações sociais e afetivas, e, principalmente, a sensação de vida (GANEM; SILVA, 2019, p. 593).

De acordo com Silva e Rocha (2017, p. 183), as crianças longe de outras/os alunas/os e do espaço pedagógico pode ter seu aprendizado limitado, portanto a/o professora/or tem importância maior do que a difusão do conhecimento científico, ela/e tem a incumbência de ressignificar aquele contexto (FONTES, 2005). Para Moreira (2002), a frequência escolar para uma criança com câncer pode representar uma mensagem poderosa de esperança e normalidade, oferecendo perspectivas de futuro e amenizando o impacto do diagnóstico da doença. Enquanto o tratamento agressivo e prolongado tende a gerar passividade e dependência, a participação em atividades escolares pode minimizar esses efeitos, permitindo que a criança mantenha sua rotina e preserve sua esperança de sobrevivência.

Compreender a importância dos processos de socialização é essencial para entender o desenvolvimento infantil, já que essas experiências moldam as estruturas cognitivas e psicossociais da criança. Portanto, manter a escolaridade durante o tratamento não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico e profissional futuro da criança, mas também a ajuda a se manter adaptada ao meio social, promovendo uma melhor qualidade de vida durante e após o tratamento (FERREIRA, 2022).

A pedagogia hospitalar rompe com um meio de dor e sofrimento, transpondo a socialização e a escolaridade, é uma vertente da pedagogia que transforma o cenário de diversas crianças adoecidas, por meio de atividades lúdicas e recreativas, em algo mais leve, o que implica num ambiente mais humanizado, de afetividade e socialização (GOMES; RUBIO, 2012). Consoante a Fonseca (2000 *apud* GOMES; RUBIO, 2012), a aprendizagem por intermédio da classe hospitalar traz ânimo e confiança às crianças hospitalizadas, combatendo sentimentos ruins de insegurança e abandono.

Trazendo Santos, Conceição e Cavalcante (2019, p. 643), sabendo os múltiplos problemas enfrentados pelas crianças com câncer dentro do hospital, a/o professora/or não se faz como uma/um detentora/or do conhecimento, porém uma/um mediadora/or do conhecimento, é imperioso que a educação seja humanizada nessas condições. Em sua pesquisa em um hospital em Recife, o Hospital Universitário Oswaldo Cruz, concluiu que as atividades pedagógicas devem ser individualizadas e respeitadas em suas durações e confecções. Parafraseando-os em sua citação de uma profissional desse estabelecimento, anônima, as atividades precisam ser significativas e o tempo pedagógico reduzido por justamente as crianças estarem acometidas por uma doença crônica, o câncer, a escolarização tem que servir de suporte e jamais para prejudicar as/os menores, a avaliação é contínua, o planejamento é diário (*Ibidem*).

Conclusão

Frente ao exposto, o atendimento pedagógico hospitalar é inexorável para uma comunidade igualitária e de base cultural difundida. Ainda que esteja em uma crescente, a temática da educação em meio clínico não é objeto de estudo recorrente ou discutido frequentemente em debates, o que torna a propagação desse conhecimento um direito difícil e escasso. Faz-se necessário que essa temática seja mais explorada nas pesquisas científicas, mas não tão somente nelas, é preciso que a massa populacional saiba seus direitos e entenda os benefícios que uma educação em classe hospitalar acarreta em uma criança enferma.

Viu-se durante todo o texto as dificuldades que uma/um aluna/o com câncer hospitalizado passa em sua estadia clínica, porém é ilustrado no corpo dessa redação o quão determinante e importante a presença da/o pedagoga/o em meio hospitalar e/ou domiciliar acarreta para essas/es menores ultrapassarem tais dificuldades. É dado enfoque àquelas crianças cuja idade se encontra no período da alfabetização, destacando como o processo de ler e escrever é imprescindível e difícil para uma criança, principalmente para quem se encontra afetada/o por uma patologia grave.

Para tanto, faz-se lúcido que a pedagogia hospitalar (e/ou domiciliar) é essencial para as crianças enfermas, todas elas – ainda que este trabalho fale sobre as crianças com câncer –, sentirem-se vivas, importantes e úteis. Quando se trata das crianças menores em letramento, essa importância se mostra latente, para que possam ler, entender o mundo, entender a si e entender suas realidades.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 fev. 2024

BRASIL. *Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018*. Assegura atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder

Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2018. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Brasil: Governo Federal. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. *Ministério da Saúde: Instituto Nacional de Câncer – INCA*. Brasil: Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/infantojuvenil>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BOTELHO, S. dos S. A afetividade na ação pedagógica no contexto hospitalar. In: AROSA; A. C.; SCHILKE, A. L. (Orgs.). *A escola no hospital: espaço de experiências emancipadoras*. Niterói: *Intertexto*, 2007.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gonzales Lluy y otros vs. Ecuador*. Sentença de 1 set. 2015. Disponível em:
https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_298_esp.pdf. Acesso em: 22 fev, 2024.

EACH. *European Association for Children in Hospital*, © 2024. EACH, the European Association for Children in Hospital, is an international umbrella organisation open to European non-governmental, non-profit national associations involved in the welfare of children in hospital and other healthcare service. Disponível em: <https://each-for-sick-children.org/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FERREIRA, E. da S.; PESSOA, A. C. R. G. Acompanhamento Pedagógico Hospitalar Às Crianças Com Câncer Em Processo De Alfabetização. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2579. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2579>. Acesso em: 17 fev. 2024.

FERREIRA, E. da S. Acompanhamento pedagógico hospitalar às crianças com câncer em processo de alfabetização. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FONSECA, E. S. da. Classe hospitalar e atendimento escolar domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 12-28, jan./jul. 2015.

FONTES, R. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 29, mai./jun. 2005.

FREIRE, P. *A Importância do Ato de Ler: Em Três Artigos Que Se Completam*. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

GANEM, L. S.; SILVA, C. C. B. da. Ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar: Possibilidades e Desafios. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 587-602, out./dez. 2019.

GOMES, J. O.; RUBIO, J. A. S. Pedagogia Hospitalar: A Relevância da Inserção do Ambiente Escolar na Vida da Criança Hospitalizada. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, v. 3, n. 1, p. 1-13 2012.

HENNING, J., & FRITZ, G. K. School reentry in childhood cancer. *Psychosomatics: Journal of Consultation and Liaison Psychiatry*, v. 24, ano 3, p. 261–269, 1983. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0033-3182\(83\)73228-7](https://doi.org/10.1016/S0033-3182(83)73228-7). Acesso em: 17 fev. 2024.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M.; DANTAS, H. Piaget, Vygostky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: *Summus Editorial*, 2019.

LIZASOÁIN, O. R. Los derechos del niño enfermo y hospitalizado: El derecho a la educación. Logros y perspectivas. *Estudios sobre Educación*, v. 9, p. 189-201, 2005.

MARTINS, E.; SPECHELA, L. C. de. A importância do letramento na alfabetização. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET*, ISSN 2175-1773, Julho de 2012.

MATOS, E. L. M; MUGIATTI, M. M. T. de F.. Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 7.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: *Vozes*, 2014.

MOREIRA, G. M. S. A criança com câncer vivenciando a reinserção escolar: estratégia de atuação do psicólogo. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PIAGET, Jean. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: *Forense*, 1980.

_____. Biologie et connaissance. Paris: 1967. [pt: Biologia e conhecimentos: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis: *Vozes*, 1973.]

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 9.221, de 23 de março de 2021*. Altera a Lei Estadual nº 8.166, de 22 de novembro de 2018, que “cria o programa pedagógico hospitalar destinado às crianças e adolescentes hospitalizados”, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1184137561/lei-9221-23-marco-2021-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SANTOS, R. B. G. do; CONCEIÇÃO, C. C. da; CAVALCANTE, T. C. F. A importância da classe hospitalar Semear do Recife no processo de continuidade da escolarização dos estudantes/pacientes com câncer. *Rev. Bras. Estud. Pedagog*, Brasília, v. 100, n. 256, p. 633-650, set./dez. 2019.

SANTOS, C. O.; NIYAMA, B. M. Contribuições da jurisdição da corte interamericana na efetivação do direito à educação na América Latina. *Bol. Mex. Der. Comp.*, Ciudad de México, v. 54, n. 160, p. 337-362, abr. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0041-86332021000100337&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2024.

SILVA, A. G. da.; ROCHA, S. M. da. Com a Palavra Uma Professora: Relatos de Atendimento Pedagógico-Educacional ao Aluno Transplantado. *REVELLI*, v. 9, n. 2, p. 177-190, jun. 2017.

SOUZA, A. C. A. de; MARIANO, M. L. A importância da leitura no processo de alfabetização dos alunos do 1º ano do ensino fundamental. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.17864>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/17864/15687>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TELLES, H. O. J.; TELLES, R. E. M. M. O.; PRADOS, R M. N. Gestão Educacional nas Classes Hospitalares. *Revista Diálogos Interdisciplinares*. v. 7, n. 3, p. 64-75, 2018.

UNESCO. Aulas hospitalarias, Reflexiones de la VIII Jornada sobre Pedagogía Hospitalaria. Santiago de Chile: *UNESCO*, 2007.

UNITED KINGDOM. *National Association for the Welfare of Children in Hospital Limited*. England, 1986. Disponível em: <https://find-and-update.company-information.service.gov.uk/company/02029339>. Acesso em: 22 fev. 2024.

VALLE, E. R. M., & FRANÇOSO, L. P. C. Psicooncologia pediátrica: Vivências de crianças com câncer. Ribeirão Preto, SP: *Scala*, 1999.